

RELATÓRIO ANUAL 2019

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		503.085	372.882	CIRCULANTE		215.619	144.824
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.697	7.120	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	161.337	107.606
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	86.758	18.494	Depósitos à Vista		118.720	95.296
Carteira Própria		86.758	18.494	Depósitos Interfinanceiros		28.338	2.051
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		111.339	132.480	Depósitos a Prazo		14.279	10.259
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	4.890	526
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	111.339	132.480	Repasse Interfinanceiros		4.890	526
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	256.857	188.678	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.126	589
Operações de Crédito		271.619	200.645	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.126	589
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(14.762)	(11.967)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		48.266	36.103
OUTROS CRÉDITOS		34.943	24.553	Cobrança e Arrecadação de Tributos		91	98
Créditos por Avals e Fianças Honrados	(NOTA 07)	6	-	Sociais e Estatutárias		10.102	7.776
Rendas a Receber		771	600	Fiscais e Previdenciárias		1.093	887
Diversos	(NOTA 07 e 08)	34.680	24.289	Diversas	(NOTA 14)	36.980	27.342
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(514)	(336)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	2.491	1.557				
Outros Valores e Bens		4.466	3.609				
(Provisão para desvalorização)		(2.082)	(2.082)				
Despesas Antecipadas		107	30				
NÃO CIRCULANTE		272.857	180.661	NÃO CIRCULANTE		431.298	315.317
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		272.857	180.661	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		431.298	315.317
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	8.849	1.081	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	423.140	308.739
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		8.849	1.081	Depósitos Interfinanceiros		43.688	1.991
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	240.272	161.494	Depósitos a Prazo		379.452	306.748
Operações de Crédito		252.962	171.258	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	2.158	578
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.690)	(9.764)	Repasse Interfinanceiros		2.158	578
OUTROS CRÉDITOS		1.065	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	6.000	6.000
Diversos	(NOTA 07 e 08)	1.076	2	Diversas		6.000	6.000
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(11)	-				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	19	-				
Despesas Antecipadas		19	-				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	4.863	4.770	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		129.025	93.402
Outros Investimentos		4.863	4.770	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	53.042	44.079
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	14.640	9.768	De Domiciliados no País		79.016	63.150
Imóveis de Uso		1.200	1.200	(Capital a Realizar)		(25.974)	(19.071)
Outras Imobilizações de Uso		20.083	13.547	RESERVAS DE SOBRAS		67.328	43.669
(Depreciação acumulada)		(6.643)	(4.979)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		8.655	5.654
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	3.149	3.546				
Outros Ativos Intangíveis		7.140	6.626				
(Amortização acumulada)		(3.991)	(3.080)				
TOTAL DO ATIVO		775.942	553.543	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		775.942	553.543

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.287	-	51.287	97.021	2	97.023	77.404	-	77.404
Operações de Crédito	50.634	-	50.634	96.288	2	96.290	76.240	-	76.240
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	653	-	653	733	-	733	1.164	-	1.164
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(21.973)	(30)	(22.003)	(38.546)	(53)	(38.599)	(30.768)	(36)	(30.804)
Operações de Captação no Mercado	(13.016)	(30)	(13.046)	(24.433)	(53)	(24.486)	(18.226)	(36)	(18.262)
Operações de Empréstimos e Repasses	(100)	-	(100)	(134)	-	(134)	(162)	-	(162)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.857)	-	(8.857)	(13.979)	-	(13.979)	(12.380)	-	(12.380)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.314	(30)	29.284	58.475	(51)	58.424	46.636	(36)	46.600
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.110)	2.391	(10.719)	(23.129)	4.363	(18.766)	(20.022)	2.810	(17.212)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.865	5.212	10.077	9.509	9.852	19.361	8.023	7.184	15.207
Rendas de Tarifas Bancárias	4.469	-	4.469	8.235	-	8.235	6.472	-	6.472
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.011)	(949)	(12.960)	(22.432)	(1.748)	(24.180)	(18.529)	(1.302)	(19.831)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.791)	(1.386)	(13.177)	(21.237)	(2.505)	(23.742)	(17.788)	(2.243)	(20.031)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(126)	(272)	(398)	(267)	(525)	(792)	(231)	(376)	(607)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	8.082	182	8.264	16.500	46	16.546	12.561	129	12.690
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.598)	(396)	(6.994)	(13.437)	(757)	(14.194)	(10.530)	(582)	(11.112)
RESULTADO OPERACIONAL	16.204	2.361	18.565	35.346	4.312	39.658	26.614	2.774	29.388
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7	(256)	(249)	54	(238)	(184)	703	59	762
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.211	2.105	18.316	35.400	4.074	39.474	27.317	2.833	30.150
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	234	234	-	(318)	(318)	-	(148)	(148)
Provisão para Imposto de Renda	-	151	151	-	(189)	(189)	-	(79)	(79)
Provisão para Contribuição Social	-	83	83	-	(129)	(129)	-	(69)	(69)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.205)	-	(2.205)	(4.210)	-	(4.210)	(3.759)	-	(3.759)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.006	2.339	16.345	31.190	3.756	34.946	23.558	2.685	26.243
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.756	(3.756)	-	2.685	(2.685)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.006	2.339	16.345	34.946	-	34.946	26.243	-	26.243
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.414	-	2.414	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSÃO DE RESERVA	-	-	-	37.360	-	37.360	(20.589)	-	(20.589)
DESTINAÇÕES	-	-	-	(28.705)	-	(28.705)	(20.589)	-	(20.589)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.881)	-	(2.881)	(2.528)	-	(2.528)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.645)	-	(1.645)	(1.075)	-	(1.075)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(21.390)	-	(21.390)	(13.974)	-	(13.974)
Reserva de Expansão	-	-	-	(658)	-	(658)	(430)	-	(430)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.537)	-	(1.537)	(1.550)	-	(1.550)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(34)	-	(34)	(667)	-	(667)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(560)	-	(560)	(365)	-	(365)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.655	-	8.655	5.654	-	5.654

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	37.318	22.794	-	6.245	66.357
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(1.233)	-
Distribuição de sobras para associados	1.233	-	-	(1.233)	-
Destinações para reservas	-	2.254	2.000	(4.254)	-
Outras destinações	-	-	-	(758)	(758)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	6.599	-	-	-	6.599
Baixas de capital	(3.564)	-	-	-	(3.564)
Resultado do período	-	-	-	26.243	26.243
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.974	-	(13.974)	-
Reserva de Expansão	-	-	430	(430)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.493	-	-	(2.528)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.550	-	(1.550)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	667	-	(667)	-
Outras Destinações	-	-	-	(365)	(365)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	44.079	41.239	2.430	5.654	93.402
Mutações do Período	6.761	18.445	2.430	(591)	27.045
Saldos no início do período em 01/01/2019	44.079	41.239	2.430	5.654	93.402
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(2.412)	-
Distribuição de sobras para associados	2.412	-	-	(2.412)	-
Destinações para reservas	-	1.454	1.000	(2.454)	-
Outras destinações	-	-	-	(788)	(788)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	7.605	-	-	-	7.605
Baixas de capital	(3.860)	-	-	-	(3.860)
Reversões de reservas	-	-	(2.414)	2.414	-
Resultado do período	-	-	-	34.946	34.946



Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.645)	(1.645)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.390	-	(21.390)	-
Reserva Expansão - Estatutária	-	-	658	(658)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.806	-	-	(2.881)	(75)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.537	-	(1.537)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	34	-	(34)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(560)	(560)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	53.042	65.654	1.674	8.655	129.025
Mutações do Período	8.963	24.415	(756)	3.001	35.623
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não Auditado)	48.515	42.693	2.756	19.275	113.239
Capital de associados					
Aumento de capital	3.973	-	-	-	3.973
Baixas de capital	(2.252)	-	-	-	(2.252)
Reversões de reservas	-	-	(1.740)	1.740	-
Resultado do período	-	-	-	16.345	16.345
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.645)	(1.645)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.390	-	(21.390)	-
Reserva Expansão - Estatutária	-	-	658	(658)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.806	-	-	(2.881)	(75)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.537	-	(1.537)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	34	-	(34)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(560)	(560)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	53.042	65.654	1.674	8.655	129.025
Mutações do Período	4.527	22.961	(1.082)	(10.620)	15.786

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES DO RESULTADO	20.974	41.881	34.052
Resultado do semestre/exercício	16.345	34.946	26.243
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.629	6.935	7.809
Provisão para operações de crédito	4.687	5.721	6.745
Provisão para desvalorização de outros créditos	148	189	122
Depreciação do imobilizado de uso	976	1.736	1.298
Amortização do intangível	474	911	789
Baixas do ativo permanente	2	2	22
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	3	(96)
Destinações ao FATES	(1.645)	(1.645)	(1.075)
Dividendos SicrediPar	(13)	18	4
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(92.123)	(54.550)	(20.270)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.734)	(7.768)	(589)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(86.758)	(68.264)	(1.127)
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.947	-	1
(Aumento) em operações de crédito	(86.237)	(152.678)	(119.160)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(694)	5.944	436
(Aumento) em outros créditos	(8.221)	(11.661)	(8.521)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	587	(953)	(539)
Aumento em depósitos	79.250	168.133	97.924
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	355	537	(30)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(1.610)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(735)	(1.825)	(1.444)
Aumento em outras obrigações	12.117	13.985	14.389
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(71.149)	(12.669)	13.782
Aquisição de Investimentos	(93)	(93)	(452)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.867)	(6.610)	(2.116)
Aplicações no Intangível	(175)	(514)	(1.556)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.135)	(7.217)	(4.124)
Integralização de capital	3.973	7.605	6.599
Baixa de capital	(2.252)	(3.860)	(3.564)
Juros ao capital próprio	(75)	(75)	(35)
Distribuição de Sobras	-	(788)	(758)
Outras Destinações - Devolução SFG	(560)	(560)	(365)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.086	2.322	1.877
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(74.198)	(17.564)	11.535
Caixa e equivalente de caixa no início do período	196.234	139.600	128.065
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	122.036	122.036	139.600

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM MILHARES DE REAIS.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina – Sicredi Norte SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste – Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 09/12/1997 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos



e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	10.697	7.120
Caixa	10.697	7.120
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	111.339	132.480
Total	122.036	139.600

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.849	1.081
DI entre Banco e Cooperativas	8.849	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.081
Total não circulante	8.849	1.081

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	86.758	18.494
Total circulante	86.758	18.494

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.



NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	239.393	211.215	450.608	336.035
Financiamentos	27.190	40.848	68.038	34.759
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.036	899	5.935	1.109
Carteira total	271.619	252.962	524.581	371.903

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	6	-	6	-
Devedores por compra de valores e bens	212	1.069	1.281	-
Títulos e créditos a receber (i)	31.707	6	31.713	21.559
Total	31.925	1.075	33.000	21.559

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	54	-	-	-
Nível A	0,50	215.086	163.525	1.075	818
Nível B	1,00	195.349	121.396	1.953	1.212
Nível C	3,00	89.118	63.028	2.674	1.891
Nível D	10,00	25.625	20.308	2.563	2.031
Nível E	30,00	12.996	9.442	3.899	2.833
Nível F	50,00	4.619	3.917	2.310	1.959
Nível G	70,00	4.104	1.745	2.873	1.222
Nível H	100,00	10.630	10.101	10.630	10.101
Total		557.581	393.462	27.977	22.067

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.901	33.551	31.080	42.431	109.963	83.698
Rural	-	-	5.036	899	5.935	1.109
Industrial	439	13.906	19.235	34.157	67.737	53.578
Comércio	1.562	32.668	49.492	68.799	152.521	119.354
Outros Serviços	1.559	38.735	73.380	107.751	221.425	135.723
Total	6.461	118.860	178.223	254.037	557.581	393.462

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	49.061	8,80	38.412	9,76
50 devedores seguintes	111.942	20,08	71.458	18,16
100 devedores seguintes	79.889	14,33	60.126	15,28
Demais	316.689	56,80	223.466	56,80
Total	557.581	100	393.462	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	22.067	1 5.200
Constituição de provisão	13.979	1 2.380
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.069)	(5.513)
Saldo final	27.977	2 2.067



No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.337 (2018 - R\$ 2.249), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 25.362 (2018 - R\$ 15.097).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	46	81
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.035	874
Devedores por compra de valores e bens	212	-
Devedores por depósitos em garantia	457	344
Impostos e contribuições a compensar	233	503
Títulos e créditos a receber (ii)	31.707	21.557
Cotas de consórcio	216	174
Devedores por convênios	-	15
Operações com cartões	334	420
Pendências a regularizar	276	252
Outros	164	69
Total Circulante	34.680	24.289
Devedores por compra de valores e bens	1.069	-
Títulos e créditos a receber (ii)	7	2
Total não circulante	1.076	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.443	3.572
Imóveis	4.279	3.317
Veículos e afins	164	-
Bens em regime especial	-	255
Material em estoque	23	37
Despesas antecipadas	107	30
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.082)	(2.082)
Total Circulante	2.491	1.557
Despesas antecipadas	19	-
Total não circulante	19	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.082 (2018 - R\$ 2.082) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	2.872	2.848
Sicredi Participações S.A.	1.990	1.921
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	4.863	4.770

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	667.905 ON	623.137 ON	1	1	2.872.100	2.847.952
	1.390.979 PN	1.298.285 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,20%	0,22%	0,62%	0,62%	0,74%	0,74%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	1.212	5	-
Valor do investimento	1.990	1.921	1	1	2.872	2.848



NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	21.283	(6.643)	14.640	9.768
Imobilizações em curso	-	374	-	374	686
Terrenos	-	1.200	-	1.200	1.200
Instalações	10%	9.553	(2.205)	7.348	3.401
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.027	(1.574)	2.453	2.114
Sistema de comunicação	10%	209	(104)	105	108
Sistema de processamento de dados	20%	3.875	(1.971)	1.904	1.214
Sistema de segurança	10%	1.230	(521)	709	694
Sistema de transporte	20%	815	(268)	547	351
Intangível (i)		7.140	(3.991)	3.149	3.546
Investimentos Confederação		6.329	(3.288)	3.041	3.276
Outros ativos intangíveis		811	(703)	108	270
Total		28.423	(10.634)	17.789	13.314

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	118.720	-	-	118.720	95.296
Depósitos Interfinanceiros	10.572	17.766	43.688	72.026	40.42
Depósitos a prazo	2.859	11.420	379.452	393.731	317.007
Total	132.151	29.186	423.140	584.477	416.345

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	4.890	526
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.890	526
Total circulante	4.890	526

Recursos do Crédito Rural	2.158	578
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.158	578
Total não circulante	2.158	578

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 7% a.a. com vencimentos até 25/06/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	2	1
Provisão para pagamentos a efetuar	2.136	2.216
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	240	237
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	286	151
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	23	32
Pendências a regularizar	190	114
Operações com cartões	30.992	21.791
Demais fornecedores	290	590
Credores diversos	2.821	2.210
Total circulante	36.980	27.342



Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	6.000	6 .000
Total não circulante	6.000	6 .000

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em novembro de 2017 com vencimento em novembro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	128	21	(108)	41
Cível	109	263	(173)	199
Total	237	284	(281)	240

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	41	1 28
Cível	Provável	199	1 09
Total		240	2 37

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 212, R\$ 275 (2018 - R\$ 462, R\$ 214), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	53.042	44.0 79
Total de associados	36.467	3 1.875

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$8.963 (2018 – R\$6.761), sendo R\$ 5.218 (2018 – R\$ 3.726) via integralização de resultados e R\$7.605 (2018 – R\$ 6.599), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.860 (2018 – R\$ 3.564).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,14% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.881, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 2% para a Reserva de Expansão e 1,7% para Devolução SFG. Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 60 (R\$ 667 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 594 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2019 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa. A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	35.264	2 6.391

IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.105)	(11.084)
-------------------------------------	----------	-----------

Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	12	4
Provisão resgate de milhas cartão	24	(63)
Brindes e Doações	(46)	(116)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(13)	43
Receita com atos cooperativos	12.476	9 .894
Juros sobre capital próprio	1.152	1 .062



Prejuízo fiscal	152	7 5
Lucros e dividendos	5	1 3
Outros	24	2 4
Subtotal	13.787	1 0.936
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(318)	(148)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	8.849	1 .081
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	86.758	1 8.494
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	111.339	1 32.480
Outros Créditos – Rendimentos a receber	613	46 3
Outros Créditos – Diversos (Nota 07)	599	3 65
Investimentos (Nota 09)	4.863	4.7 70
Intangível (Nota 10)	3.041	3 .276

Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	14.378	1 .991
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	7.048	1 .104
Outras Obrigações – Diversas (Nota 15)	30.703	2 1.036

Receitas

Resultado Títulos e Valores Mobiliários	733	1 .164
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.749	1 .852
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	11.114	8.3 11
Receita não operacional – Doação SFG (Nota 17)	60	6 67

Despesas		
Operações de Captação no Mercado	456	-
Operações de Empréstimos e Repasses	134	1 62
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.727	1 .383
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.398	6 .204

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	98	0,08%	2 00
Depósitos a prazo	2.124	0,54%	2 .187
Operações de crédito	404	0,08%	3 20

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.834	2 .446


NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	495	42 4
Despesa de aluguéis	3.260	2 358
Despesa de comunicação	943	82 1
Despesa de manutenção e conservação	883	50 4
Despesa de material	369	2 93
Despesa processamento dados	750	41 9
Despesa de promoções e relações públicas	2.641	2 257
Despesa de propaganda e publicidade	257	2 16
Despesa de seguro	153	1 21
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.616	2 700
Despesa de serviços de terceiros	1.516	1 553
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.331	1 187
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.602	1 009
Despesa de serviços de transportes	817	7 95
Despesa de viagem	167	1 59
Despesa de depreciação e amortização	1.898	1 461
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	749	6 27
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.934	2 209
Outras despesas administrativas	1.361	9 18
Total	23.742	2 0.031

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	759	1 208
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.982	8 150
Reversão de provisões operacionais	2.714	1 622
Absorção de dispêndios pelo FATES	1.825	1 444
Outras rendas operacionais	266	2 66
Total	16.546	1 2.690

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.726	82 1
Contribuições Cooperativistas	103	82
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	797	47 1
Contribuição Confederação Sicredi	6.198	52 19
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	518	52 0
Encargos da administração financeira	60	54
Repasse administradora de Cartões	289	2 51
Outras despesas de Cartões	1.387	1 218
Outras provisões operacionais	2.223	1 521
Outras despesas operacionais	893	9 55
Total	14.194	1 1.112

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	22.941	1 0.575
Total	22.941	1 0.575

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos,



centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:
- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se o risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.



VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	131.899	9 5.888
Nível I (NI)	125.876	89 .856
Capital principal - CP	125.876	89 .856
Capital social	53.042	44,0 79
Reservas de capital	67.328	43 .669
Lucros acumulados	8.655	5,6 54
Ajustes Prudenciais	(3.149)	(3.546)
Nível II (NII)	6.023	6 .032
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	6.023	6 .032
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	595.520	43 6.778
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.057	3 .076
Margem de Capital (i)	67.312	46 .950
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,15%	21,95%
Situação de Imobilização (Imob)	14.641	9 .769
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,10%	10,19%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nilton Weber
Diretor Executivo
CPF: 760.252.840-91

Rafael Martignago
Diretor de Operações
CPF: 027.197.619-58

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Joinville / SC, 18 de Fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente

Alvo Kupas
Conselheiro

Fabio Santana Correa
Conselheiro

Valdina Giacomozzi Kamienski
Conselheiro



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC.

Joinville/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – ZSP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador
CRC-1SP192685/O-9